

MARXISMO E FEMINISMO NO BRASIL

*Maria Lygia Quartim de Moraes**
Dept° de Sociologia do IFCH/UNICAMP

A relação imediata, natural, necessária do homem com o homem é a relação do homem com a mulher. Do caráter dessa relação decorre até que ponto o homem se comprometeu como ser genérico, como homem; a relação do homem com a mulher é relação mais natural do ser humano com o ser humano. Nela se mostra portanto até que ponto o comportamento natural do homem se tornou humano ou até que ponto o ser humano se tornou seu ser natural, até que ponto sua natureza humana se tornou sua natureza. (Karl Marx. *Obras filosóficas*. apud/Beauvoir, 1960).

1. RAÍZES DO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO

O feminismo, enquanto conjunto de valores e representações sobre a mulher, é uma ideologia contemporânea que animou com bandeiras de luta e plataformas políticas uma fração importante do

A pesquisa em que se baseia o presente texto foi financiada pelo CNPq.

movimento popular especialmente nos anos 1970. Não obstante a diversidade de experiências e desenvolvimento teórico, os grupos feministas, nas principais cidades do mundo ocidental, partiam da crença comum de que: (1) as mulheres, ademais de outras formas de exploração, são oprimidas enquanto tais, isto é, enquanto representantes do sexo feminino e (2) a opressão da mulher antecede o capitalismo e persiste no socialismo, demonstrando uma especificidade que só poderá ser superada através da organização das mulheres em torno de seus objetivos próprios.

Em muitos países, como na França e Inglaterra, o feminismo desenvolveu-se especialmente entre grupos de esquerda, liderados por mulheres com experiência política nos partidos comunistas e socialistas; já nos Estados Unidos, a luta pelos direitos civis e contra a guerra do Vietnã (como bem exemplificam os estudantes da Universidade de Berkeley na Califórnia) propiciaram o desenvolvimento de um feminismo radical não marxista.

Na longa história das relações entre a teoria marxista e o movimento comunista, e aquilo que se convencionou chamar de "movimento das mulheres", o feminismo brasileiro dos anos setenta constitui uma experiência política das mais interessantes. Isto porque as feministas brasileiras, sem abdicarem da especificidade de suas bandeiras de lutas enquanto mulheres, souberam traçar políticas de alianças com outras forças oposicionistas no processo de "lutas pelas liberdades democráticas". Em consequência, ampliou-se o espaço político das feministas e seu poder reivindicatório, tal como atesta a Constituição de 1988, uma das mais progressistas do mundo com respeito aos direitos da mulher na família e no trabalho. Ao mesm

tempo, consolidou-se a hegemonia das forças de esquerda no espaço da luta das mulheres, de maneira que os movimentos de massa, que saíam às ruas, pediam “liberdade e anistia” e não “deus, pátria e família”, como sucedera com as “marchadeiras” de 1964.

Que circunstâncias permitiram esta experiência tão bem sucedida? Antes de mais nada, o feminismo dos anos setenta representava uma evidente ruptura com outros movimentos de mulheres anteriores. Sem negar a importância de movimentos em prol do “progresso social da mulher” e de figuras como Berta Lutz, expoentes de uma razão “iluminista”, a verdade é que somente a partir dos anos sessenta o feminismo atinge as dimensões de um “movimento de massas” nas principais cidades do capitalismo ocidental. A própria condição de “universalidade” da condição feminina na atualidade tem a ver com o desenvolvimento da produção capitalista e da vida urbano-industrial. A generalização do trabalho assalariado, por um lado, e o desenvolvimento da indústria de anticoncepcionais, por outro, constituem as “condições materiais” para a disseminação do ideário feminista moderno. Neste sentido, o feminismo concentra-se geograficamente nas grandes cidades do mundo ocidental desenvolvido.

A disseminação das condições de vida urbano-industrial exacerbou o confronto entre o ritmo de vida imposto pelo trabalho assalariado e as exigências da vida doméstica tradicional. O rompimento do modelo familiar baseado na divisão do trabalho entre o marido-provedor e a mulher dona-de-casa aumentou as exigências de desempenho feminino, gerando a denunciada “dupla jornada”. Em outras palavras, a transformação capitalista – ao generalizar as

relações assalariadas de trabalho – integra o contingente feminino ao “mercado de trabalho”, garantindo a autonomia econômica das mulheres em oposição ao modelo tradicional do homem como exclusivo provedor doméstico. Mas, a abertura das portas do mundo do trabalho assalariado para as mulheres não teve como contrapartida a entrada dos homens no mundo doméstico, e/ou alguma outra forma de divisão sexual do trabalho.

Assim, a história do feminismo marxista contemporâneo é marcada pela denúncia da “dupla jornada” de trabalho e a necessidade de se repensar o valor do trabalho doméstico. A outra vertente importante concentra-se no tema da “sexualidade” e na denúncia da dupla moral sexual existente. Logo, duas questões cujo embate pessoal é imediato: são problemas concretos que enfrentamos no cotidiano.

Ora, em consequência do golpe militar de 1964 e endurecimento do regime frente às contestações estudantis populares, especialmente após 1968, algumas cidades européias, especialmente Paris, tornaram-se locais de moradia de remanescentes da nova esquerda (ou esquerda armada). A brutal repressão impeliu ao exílio contingentes de mulheres jovens, a maior parte militantes políticas brasileiras que, em terras estrangeiras, foram confrontadas com valores e estilos de vida bastante mais igualitários e civilizados, tanto com respeito aos direitos de cidadania como também às relações entre os dois sexos. Para muitas jovens brasileiras, o exílio foi o momento da domesticidade compartilhada, em que os companheiros de armas revelaram-se tão tradicionais e pouco dispostos a dividir os trabalhos domésticos quanto seus pais burgueses e acomodados...

A organização do primeiro grupo de feministas marxistas remonta ao êxodo dos exilados brasileiros do Chile, após o golpe militar do general Pinochet, para a Europa, especialmente a França. O número de exiladas multiplicou-se rapidamente e já no final de 1973, foi criado, pelas militantes oriundas da esquerda armada e do partido comunista, um fórum semanal de discussões com a dupla tarefa de pensar teoricamente a questão da mulher e estudar a realidade da mulher brasileira. Da bibliografia obrigatória constava o clássico *A origem da família, da propriedade privada e do estado* de Engels; os escritos de Juliet Mitchell e as análises estatísticas pioneiras de Felícia Madeira sobre o trabalho feminino (Moraes, 1985 e 1990 e Goldberg, 1989).

Com o golpe militar que derrubou o governo democrático de Salvador Allende, as muitas centenas de exilados brasileiros que viviam no Chile foram obrigados a buscar refúgio na Europa. A cidade de Paris congregou o maior contingente de exilados, não somente do Brasil como do Chile. Os partidos socialistas e comunistas garantiram uma acolhida extremamente generosa aos asilados e, para a maior parte dos latino-americanos, a experiência européia implicou na descoberta de valores e direitos ainda pouco disseminados nos países sem tradição democrática. Na França, ademais, o movimento feminista, também apoiado, quando não, nascido dos partidos e movimentos de esquerda, atingia suas mais altas ressonâncias. As brasileiras e ibero-americanas foram acolhidas de braços abertos pelas militantes feministas, encontrando apoio teórico e existencial nos inúmeros grupos de reflexão e círculos de debate tão característicos dos anos setenta.

As diversas tendências da esquerda brasileira organizaram-se no exílio em pequenos grupos ativos, muitos deles com imprensa regular. A revista *Debate* editada por um conjunto de exilados e de brasileiros estudando na França, com sede em Paris, é um dos melhores exemplos da atividade teórico-política do exílio nos anos setenta. Publicada regularmente a partir de 1970, sua distribuição se dava sob a forma de assinaturas, vendas de mão em mão e em algumas livrarias de esquerda.

No exemplar 17, de janeiro de 1975, o *Debate* coloca na sua chamada de capa um artigo sobre a questão feminina. Nele e em artigos subsequentes, a preocupação fundamental consiste em atualizar a análise marxista no tocante à questão feminina na busca de "legitimação" teórica para a luta feminista. A experiência e eficácia do feminismo francês e italiano e as afinidades políticas existentes entre mulheres com uma mesma trajetória de esquerda foram decisivas no sentido de permitir a articulação de grupos feministas entre os exilados brasileiros. A permanente comunicação entre asilados e a oposição no Brasil permitiu a rápida disseminação das teses políticas bem como abriu frentes de atuação para o retorno que, com o relativo abrandamento do regime, começa em meados dos anos setenta e se completa com a anistia política de 1979.

Enquanto os exilados repensavam suas teorias explicativas e objetivos de luta, na terra natal a oposição fazia política pelos meios possíveis, notadamente através do trabalho de base da Igreja católica progressista. O "movimento do custo de vida", o mais ativo em meados dos anos setenta, é um bom exemplo da reorganização política ligada aos objetivos mais imediatos de melhoria de condições de vida.

e de proximidade com as lideranças comunitárias. A imprensa “alternativa”, primeiramente na voz solitária de *Opinião* e depois com a atuação mais radical do jornal *Movimento*, fornecia o material e as análises sobre a situação brasileira ao mesmo tempo em que suas redações constituíam espaços de reconstrução e debate da oposição de esquerda.

As comemorações do Ano Internacional da Mulher propiciaram, em São Paulo e no Rio de Janeiro, um salto qualitativo no movimento de mulheres, com a formação de grupos organizados e uma incipiente imprensa (os primeiros grupos, nascidos sob a égide do comunismo oficial recusavam o epíteto feminista). Já em 1976, um grupo de mulheres de São Paulo proclama-se feminista e lança o jornal *Nós Mulheres*, cuja trajetória já foi analisada alhures (Moraes, 1982, 1990, Alvarez, 1990). Neste mesmo ano, o jornal *Movimento* decide comemorar o 1º de maio, dia do Trabalhador, através de uma grande reportagem nacional sobre o tema da mulher e o trabalho. A edição é totalmente vetada pela censura militar, levando pessoas de várias partes do país a organizar conferências e mesas-redondas sobre o tema.

A maior parte dos artigos de *Nós Mulheres* versava sobre política e condições de vida – reflexões sobre relações afetivas e sexualidade não eram habituais. Neste sentido, não se distingue muito de outros órgãos da imprensa de oposição voltados para a mulher, como o *Brasil-Mulher*, surgido um pouco antes como órgão porta-voz do *Movimento Feminino pela Anistia*. Sua marca diferencial residia na explícita definição feminista, diferentemente de outros grupos que preferiam se apresentar como “femininos”. Em suas páginas, o grupo

Nós Mulheres defendia um programa de transformações que incluíam a liberalização do aborto e o divórcio. O jornal circulava, essencialmente, entre as feministas das várias partes do país e do exterior e lideranças dos movimentos comunitários. Desta maneira, exerceu uma influência que superava de longe suas magras edições, servindo de instrumento de formação e organização das mulheres em torno de uma visão feminista-marxista.

As feministas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador participaram das frentes de lutas pelas “liberdades democráticas”, nos anos 1970, impulsionando e criando o discurso para reivindicações populares como a luta por creches; assim como denunciando abusos e discriminações contra as mulheres trabalhadoras. Os efeitos multiplicadores destas iniciativas são visíveis: o tema foi incorporado às bandeiras de luta de esquerda e, progressivamente, absorvido pelos meios de comunicação de massas, onde o exemplo mais expressivo da ligação entre realidade e mito reside no personagem da série televisiva *Malu-Mulher*, calcada da vida real de muitas feministas que, com a qualidade de sua militância, enriqueceram o imaginário social com novas heroínas.

A partir de 1982, quando o processo democrático voltou a permitir a normalização da vida política, com eleições para os governos de Estado, o movimento feminista, ao mesmo tempo em que alcançou um nível de institucionalização sem precedentes na história (com a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo e, em seguida, do Conselho Nacional de Mulheres, além das delegacias de mulher, programas de saúde materno-infantil, etc.), vai perdendo gradativamente seu caráter de movimento popular, com o

desaparecimento dos grupos feministas mais expressivos e atuantes nos anos 1976/1982.

Cumpria-se um dos maiores temores das primeiras feministas, que cultuavam formas não-hierárquicas de organização e desconfiavam do poder de cooptação do sistema patriarcal e capitalista, segundo expressões correntes na época. De fato, a partir da conquista de espaços nos aparelhos de Estado, os pequenos grupos de vanguarda foram engolidos pela dinâmica política dos governos estaduais e federais. Afrouxaram-se os laços que tinham unido intelectuais feministas e movimentos populares de mulheres; desapareceu a militância não-profissional ao mesmo tempo em que a discussão sobre a questão da mulher, bem como sobre o ponto de vista feminino desloca-se cada vez mais para os espaços acadêmicos.

Os anos oitenta, comparativamente à década anterior, caracterizam-se pelo refluxo dos movimentos populares na própria medida em que as instituições republicanas fundamentais passaram a funcionar mais democraticamente. A crise econômica que marcou a maior parte da década atuou, por sua vez, como uma força de pressão sobre os trabalhadores, aumentando a taxa de exploração e enfraquecendo os movimentos reivindicatórios.

O objetivo deste texto é acentuar a importante contribuição do marxismo para o feminismo brasileiro, tendo em vista tanto a absorção teórica realizada pelas feministas quanto a politização de sua luta, inspirada na tradição dos movimentos sociais da Europa Ocidental e na consagração dos direitos de cidadania

2. O MARXISMO DAS FEMINISTAS

A bibliografia básica de uma militante feminista nos anos setenta incluía obrigatoriamente autores como Marx, Engels, Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell. Em seu cuidadoso estudo sobre a participação do feminismo brasileiro nas lutas pela democracia, Alvarez (1990, p.89) comenta que:

by the late 1960s and early 1970s, female participants of student movement organizations and militant organizations of the Left began meeting in small groups usually to discuss Marxist-feminist text from The United States and Europe.¹

e, em nota de rodapé, cita nominalmente o “Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir e “Mulheres, a revolução mais longa”, de Juliet Mitchel.

As preferências literárias das feministas revelam a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia um modelo explicativo. Era importante formular um discurso contra o pensamento conservador que preconizava a conformidade da mulher com seu destino de mãe e esposa. A defesa da “família” como instituição universal e não histórica faz parte do ideário patriarcal que era preciso combater. As teses de Marx e Engels sobre as origens históricas da família e da propriedade privada constituem uma contribuição básica para a formulação da “teoria da opressão”.

¹ ALVAREZ, S.E. *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the brazilian transition on democracy*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.

a) **MARX E ENGELS: A OPRESSÃO DA MULHER COMO PRODUTO HISTÓRICO**

O tema da opressão da mulher tem presença marcante nos escritos políticos e filosóficos de Marx e Engels, que tomavam a situação da mulher como índice do grau de desenvolvimento societário. “Dizei-me como vivem as mulheres e eu vos direi de que sociedade se trata”. Com o livro de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*², a condição social da mulher ganha um relevo especial pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Neste sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da “opressão específica”, que seria retomado e re-trabalhado pelas feministas dos anos 1960/1970.

É na *Ideologia Alemã*, de 1846, que a instituição da família aparece como um dos momentos de passagem para a sociedade de classes. Esta hierarquização processa-se no interior do próprio processo de trabalho pois, como assinalam Marx e Engels (1970:47):

a divisão do trabalho repousa sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas às outras, – e esta divisão do trabalho implica ao mesmo tempo na repartição do trabalho e de seus produtos; distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade; ela implica pois na propriedade, assim, a primeira forma, o germe reside na família, onde a mulher e as crianças são

² ENGELS, Frederick. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

*escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade.*³

No *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas. *Os burgueses protestam contra a proposta de abolição da família*, comentam Marx e Engels, porque não reconhecem que a família só pode existir para os ricos,

*desde que a grande indústria destruiu todo o laço de família para o proletariado e transformou as crianças em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho.*⁴

Na introdução de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) Engels destaca a importância das teses antropológicas de Morgan

*que descobriu de novo, e à sua maneira, a concepção materialista da história – formulada por Marx, quarenta anos antes – e, baseado nela, chegou, contrapondo barbárie e civilização, aos mesmos resultados essenciais de Marx.*⁵

Não obstante o fato de que pesquisas posteriores demonstraram o simplismo de seu protótipo de evolução familiar, Morgan teve o mérito de defender a historicidade da instituição familiar, em oposição ao pensamento conservador que a via como instituição permanente.

³ MARX, K. e ENGELS, F. *L'idéologie allemande*. Paris, Editions Sociales, 1970. p. 47.

⁴ MARX, K. *Oeuvres*, Paris, Pléiade, 1965, p. 178.

⁵ ENGELS, op. cit., p. 1.

“natural”. Engels, por sua vez, desmistifica a pretensa identidade da família com a natureza humana, mostrando que seu aparecimento coincide com o desenvolvimento da propriedade privada e que é seu caráter flexível que lhe permite adaptar-se aos sucessivos sistemas sociais e continuar existindo.

Apoiando-se nos dados de Morgan, Engels afirma que o desenvolvimento das forças produtivas – isto é o aumento da produtividade do trabalho – ao permitir a produção de um excedente econômico, detonou também a luta pela posse dos bens acumulados, assim como estimulou as primeiras relações de troca (e as guerras pelos bens dos vizinhos). Estas são as circunstâncias em que se desenvolve a exploração do homem pelo homem, tendo na escravidão sua forma mais radical. Quanto mais se processa a separação entre cidade e campo e entre a produção social e a doméstica mais se deteriora a situação da mulher. Ao mesmo tempo, quanto maior a magnitude da riqueza acumulada tanto maior o conflito em torno de sua transmissão. A maternidade, limitando temporariamente a mobilidade da mulher, especialmente na gravidez e na amamentação, seria a base da divisão sexual do trabalho que hoje chamamos de modelo patriarcal. Afastadas da esfera criadora da riqueza social e submetidas ao poder masculino, as mulheres permaneceram sem o controle do poder econômico, enquanto os homens estabeleciam, através da violência e da persuasão, as regras do jogo.

A perda do poder materno foi acompanhada pela submissão da mulher ao marido; da mãe ao pai. O homem, para assegurar-se de sua descendência, passou a exigir a fidelidade da mulher. As

conseqüências da monogamia compulsória para as mulheres foram desastrosas:

*O homem empunhou as rédeas da casa, a mulher se viu degradada, convertida em serviçal, em escrava da luxúria do homem, simples instrumento de reprodução.*⁶

Ademais, o fruto do trabalho feminino, que em sociedades primitivas aparecia como socialmente necessário, recebendo portanto valorização social, vai se transformar, nas sociedades mercantis, em trabalho doméstico. Assim, a instituição da família monogâmica, com o advento da sociedade de classes, reduz a produção doméstica a um serviço privado, feito por cada mulher, no interior da unidade familiar e destinado apenas ao consumo dos membros da família. A partir de então a vida social cinde-se em duas esferas: a pública, domínio dos homens, que sofrerá grandes transformações no decorrer da História e a esfera privada, lugar da família, domínio da mulher, que se vê, pois, excluída de qualquer participação social que ultrapasse os limites do seu "lar".

É por este conjunto de fatos que a questão da família torna-se crucial para a compreensão do lugar hierarquicamente inferior ocupado pelas mulheres nas sociedades de classes. A ênfase na historicidade das instituições humanas permitiu a compreensão da família como construção social e das relações entre os sexos marcadas pela divisão social do trabalho. Com Engels, as feministas puderam

⁶ ENGELS, Frederick. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1977, p. 61.

apontar o caráter específico da relação entre os sexos na família como explicativo para o estatuto social das mulheres.

b) ALEXANDRA KOLLONTAI E O FEMINISMO MARXISTA

Muitas foram as mulheres que, nos tempos modernos, dedicaram suas vidas à causa da transformação revolucionária da sociedade – quer seja sob a bandeira do anarquismo, como Emma Goldman (Lobo, 1983), do socialismo, como Flora Tristan, e do comunismo, como Rosa de Luxemburgo e Alexandra Kollontai. A mais relevante contribuição dos marxistas da geração seguinte a Marx/Engels verifica-se no campo das lutas de classes concretas. Exponentes do movimento comunista internacional, como Rosa de Luxemburgo (1871/1919) e Alexandra Kollontai (1872/1919) dedicaram grande parte de suas vidas à causa socialista, tanto na criação dos partidos comunistas na Alemanha e Rússia quanto, após a vitória da revolução bolchevique, à tarefa de construção de uma nova sociedade. Atuaram, outrossim, na luta pela emancipação da mulher, escrevendo, debatendo, organizando trabalhadoras nos movimentos de mulheres socialistas.

Tendo nascido na Rússia, Alexandra de Kollontai, entusiasta discípula de Rosa de Luxemburgo, caçula amada e mimada de uma família de posses, recebeu formação teórica em casa, com uma professora vinculada às camadas revolucionárias. Casou-se por amor, segundo ela, e teve um filho mas, três anos depois de casada, *a existência de dona-de-casa e esposa se converteu numa espécie de*

*jaula,*⁷ levando-a a se envolver com o movimento operário revolucionário russo ao mesmo tempo em que prosseguia em seus estudos:

*Eu lia muito, estudava assiduamente todos os problemas sociais, assistia conferências e trabalhava em sociedades semi-legais para a educação popular. Eram os anos de florescimento do marxismo na Rússia (1893/6). Lenin não passava de um principiante no campo literário e revolucionário. Yuri Plekanov era o espírito dirigente da época. A concepção materialista da história me era algo familiar; desde minha primeira juventude me sentia atraída pela escola realista. Era uma entusiasta seguidora de Darwin e Boelsche.*⁸

Alexandra Kollontai estudou na Suíça e na Inglaterra, filiou-se ao Partido Social Democrata russo desenvolvendo intensa atividade política na primeira década dos anos 1900. É testemunha da violenta repressão policial exercida pelo czar: *O domingo sangrento de 1905 surpreendeu-me na rua. Eu me dirigia com os manifestantes para o Palácio de Inverno e a visão do massacre cruel de operários desarmados ficou para sempre em minha memória,* conta Kollontai.⁹ Seguiram-se anos difíceis para a oposição e em 1908, quando defensoras burguesas dos direitos femininos convocam para o Primeiro Congresso de Mulheres de toda a Rússia, os bolcheviques declaram-se contra sua participação. Alexandra Kollontai, não obstante, procurou fazer com que as operárias socialistas participassem, em pequenos grupos:

⁷ KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher emancipadora*. São Paulo, Editora Proposta, 1980, p. 16.

⁸ Idem, p. 17.

⁹ Idem, p. 16.

Consegui levar a cabo este projeto, recorda ela em sua autobiografia, não sem resistências. Meus camaradas de partido nos culpavam, a mim e a minhas correligionárias, de sermos "feministas" e conceder excessiva importância aos nossos assuntos de mulheres. Naquela época, não sabiam ainda valorizar em absoluto o papel extraordinário que cabia às trabalhadoras, às mulheres economicamente independentes, na luta política.¹⁰

A polícia política aumentou o cerco em torno a Kollontai, levando-a ao exílio que se prolongou até 1917, inicialmente, na Alemanha, onde ingressou no Partido Social-Democrata, militando como "oradora popular" e escritora. Data de 1909 o aparecimento dos *Elementos sociais da questão da mulher*, a maior obra (também em tamanho, com mais de 400 páginas) de Alexandra sobre a condição da mulher. Ao referir-se ao tema da evolução e declínio da família a autora utiliza os escritos de Engels e *A Mulher e o Socialismo* de Augusto Babel. Às teses consagradas pelo socialismo sobre o assunto, Kollontai adiciona dados e informações sobre a situação da mulher russa.

Alexandra Kollontai sempre foi adversária do que ela considerava ser a estreiteza das reivindicações das feministas burguesas, cujo programa restringia-se à separação entre casamento civil e religioso e dos bens, assim como procedimentos mais rápidos para o divórcio.

Vejam o que propõe o partido operário, argumenta ela, como medidas imediatas às mulheres trabalhadoras esmagadas por um duplo fardo – as obrigações domésticas e o trabalho na fábrica. Contrariamente às feministas este partido não alimenta a esperança de obter uma solução radical à questão familiar e ao pro-

¹⁰ Idem, p. 19.

blema da maternidade no quadro da sociedade capitalista atual: por isto não tem nas mãos umas destas "fórmulas mágicas" em que as feministas são pródigas. Mas ele sabe que por uma série de medidas sociais e políticas é possível aliviar a penosa situação das mulheres e das mães, de proteger a saúde e mesmo a vida da geração futura. Estas melhorias devem, em primeiro lugar, favorecer à aceleração do processo econômico que destrói a pequenez econômica familiar e que, tirando as preocupações com as tarefas domésticas - que pesam às mulheres trabalhadoras, - e transferindo-as para coletividades especialmente adaptadas; em segundo lugar, elas têm por tarefas defender os interesses da criança e da mãe, de promover uma legislação protetora, incluindo o seguro materno; em terceiro lugar, finalmente, estas medidas devem estimular a transferência do cuidado da nova geração da família para o Estado ou administração local, à condição expressa bem entendido, que ambos sejam plenamente democráticos. É claro que estas reivindicações só podem efetivar-se à medida em que o nível de vida do proletariado tiver aumentado como consequência das conquistas gerais da classe operária; no caso contrário, com a miséria e a ausência de direitos, nada poderá aliviar de forma tangível o fardo da mulher casada.¹¹

A leitura atenta do programa defendido por Kollontai justifica o tamanho da citação. Com efeito, encontram-se aí sintetizados os pontos mais importantes das reivindicações das feministas brasileiras, muitas vezes com as mesmas palavras. No primeiro editorial do *Nós Mulheres*, de 1976, as editoras denunciavam a situação das mulheres ao mesmo tempo que distinguiam as diferenças de classe.

Nós Mulheres somos oprimidas porque somos mulheres. Mas mesmo entre nós existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre hoje uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico. Outras cumprem só as tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas-de-casa

¹¹ STORA-SANDOR, Judith, op. cit., pp. 93-94.

persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a fazer o serviço doméstico porque têm dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por ela.

Assim, reencontramos o alvo privilegiado da preocupação das feministas marxistas: as mulheres trabalhadoras das classes pobres. A mesma convicção de que sem a autonomia financeira da mulher não há condições para a igualdade entre os sexos e que a solução para o trabalho doméstico é sua "socialização":

queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades pela sociedade.¹²

Ademais do reconhecimento da importância do trabalho doméstico, as feministas do *Nós Mulheres* conclamavam os homens a se unirem às lutas das mulheres:

Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e que os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais.

Aqui já se esboça uma pequena diferença com respeito a Kollontai: menciona-se não apenas o companheirismo na luta pela socialização do trabalho doméstico, como também em assumir as responsabilidades caseiras. Este ponto, diga-se de passagem, sempre provocou discussões internas. Pois não obstante estarem de acordo, como

¹² Ibidem.

Kollontai, que as reformas só poderiam efetivar-se em reais democracias, as marxistas brasileiras conheciam bem os resultados do imobilismo político embutido na tese do “primeiro a revolução socialista, depois a questão da mulher”, tão cara ao movimento comunista internacional. Estavam convencidas de que era fundamental enfrentar o conflito dentro de casa. Não era justo que a mulher trabalhadora tivesse sempre de arcar com a responsabilidade doméstica, quando ela também voltava exaurida depois das horas no trabalho e nos transportes coletivos.

Em um aspecto, no entanto, as teses das feministas do *Nó: Mulheres* e do *Brasil Mulher* coincidiam exatamente com o programa formulado por Kollontai cerca de sessenta anos atrás: no tocante à questão social. Mesmo nos dias atuais, quando confrontamos as conquistas garantidas pela Constituição de 1988 e a pequena parcela da população que pode desfrutá-las na prática, temos de concordar com Kollontai quando ela diz que com a miséria nenhuma legislação de proteção, nenhuma assistência materna pode de fato *aliviar de forma tangível o fardo da mulher casada*.¹³

Com a vitória dos comunistas, Kollontai é nomeada Comissária do Povo da previdência social, isto é, o correspondente a um ministério. Ademais dos problemas econômicos que enfrentava seu país, esgotado pelas guerras externas e internas, Alexandra Kollontai teve de afrontar o moralismo vigente, que pesava especialmente sobre a mulher. Ela atacou o que chamava de mentalidades atrasadas, defendendo uma mulher nova que trabalha, é independente e abdica da vida familiar burguesa (não será por coincidência que este perfil

¹³ STORA-SANDOR, Judith, op. cit, pp. 93-94.

correspondia exatamente à própria Kollontai). Ao analisar as novas heroínas dos romances contemporâneos, ela comenta que *a mulher transforma-se gradualmente de objeto da tragédia da alma masculina em sujeito de sua própria tragédia*.¹⁴

O destaque do tema da mulher-trabalhadora não se reduz, no entanto, à questão dos direitos trabalhistas e à necessidade de socialização do trabalho doméstico. Kollontai, com muita sensibilidade, captou outro aspecto da opressão feminina, tal como ela formula em *A Nova Moral e a classe operária*, de 1918. Kollontai acreditava que esta nova moral (e a nova mulher) acompanhariam o processo de integração feminina à esfera da produção social. Acreditava na capacidade do operariado em dar origem a uma nova moral em que a dedicação ao bem comum e à solidariedade entre homens e mulheres suplantaria o amor egoísta e anti-social da ideologia burguesa. Assim, em *A ideologia proletária e o amor*, Kollontai afirma que a classe operária deve ter presente

a importância da emoção amorosa como um fator que pode ser utilizado em benefício da coletividade. Que o amor não é, de modo algum, um fenômeno "privado", simplesmente um caso de dois "corações" "que se amam, que ele encerra um princípio de ligação precioso para a coletividade, disto temos testemunho no que, em todas as etapas de seu desenvolvimento histórico, a humanidade editou normas que determinam quando e em que condições o amor seria "legítimo" (...) e quando seria "culpável". A tarefa da ideologia proletária não é arrancar Eros das relações sociais, mas simplesmente de guarnecê-lo com flechas de uma nova têmpera, educar o sentimento de amor entre os sexos no

¹⁴ Idem, p. 134.

*espírito de uma grande nova força psíquica: a solidariedade-camaradagem.*¹⁵

A contemporaneidade de dois temas assinalados por Kollontai – a crise das relações entre os dois sexos, especialmente visível a partir da própria contestação feminista ao modelo familiar tradicional (Kollontai diria “burguês”) e a questão das possibilidades de se preservar Eros nas relações sociais (que aponta para a abordagem psicanalítica e as possibilidades de construção de uma sociedade que não ocasione tanto mal-estar para seus membros) – são formulações que demonstram a sensibilidade de Kollontai. No entanto, a adesão das marxistas brasileiras privilegiou mais a dimensão social da obra de Kollontai do que propriamente sua visão sobre a nova qualidade da relação homem/mulher.

c) A GERAÇÃO DOS ANOS 1960/70: MARXISMO E FEMINISMO RADICAL

As conquistas obtidas pelas mulheres em termos de direitos de cidadania nas últimas décadas, especialmente nos países do mundo ocidental, correspondem em grande medida às bandeiras de luta desfraldadas nos anos 1960. Em países como a França e a Itália, nos quais o divórcio e/ou o aborto não eram permitidos, na própria medida em que afeta valores conservadores ligados à Igreja Católica, a luta feminista assumiu proporções nacionais, obrigando a definição dos partidos, dos sindicatos, da sociedade civil em suma. Em outros

¹⁵ Idem, p. 203.

países, a questão das desigualdades salariais, da dupla jornada de trabalho receberam maiores atenções. Neste sentido, quanto maior o desenvolvimento das forças produtivas e da democracia política, mais específicas poderiam ser as “bandeiras”.

O movimento feminista, por sua vez, emergiu do seio de um ativo movimento estudantil, num momento histórico marcado pela aparição dos chamados “grupos minoritários”, como o movimento negro e o movimento homossexual. Via de regra todos estes movimentos questionavam os valores dominantes do mundo ocidental (e imperialista), solidarizando-se com as guerras de libertação, como na Argélia e Vietnã, sem se falar no apoio à revolução cubana. Em cidades como Berkeley, o melhor exemplo do que de mais avançado aconteceu em termos de movimentos pelos direitos civis, o imperialismo norte-americano sofreu uma derrota política interna dada a resistência da juventude universitária. Foram anos de internacionalismo, de solidariedade e da descoberta das identidades: *a mulher é o negro do mundo*, cantava Yoko Ono, enquanto que os Black Panthers contrapunham que *os negros são o Vietnã dentro dos Estados Unidos*.

Em 1966, a *New Left Review*, uma das mais prestigiadas revistas da esquerda radical na Inglaterra, publicou o artigo de Juliet Mitchell *Women: the longest revolution* (traduzido com o título de *Mulheres, a revolução mais longa*, pela revista *Civilização Brasileira*) que constitui, sem sombra de dúvida, o mais importante texto teórico do feminismo marxista. Esse artigo e outros escritos sobre o mesmo tema foram publicados no *Woman's estate*, em 1971 (a tradução francesa da Editons de Femmes, é de 1974). Profundamente “engajada”, como se

dizia nos idos dos sessenta, Juliet era uma típica intelectual da “nova” esquerda, para quem teoria e prática caminhavam juntas.

A primeira parte do livro é dedicada ao movimento de mulheres. A tese fundamental de Juliet Mitchel é de que o feminismo surgido em meados dos anos 1960 inaugura algo de novo com respeito às outras lutas feministas anteriores: uma nova radicalidade. De fato, houve a tomada de consciência de que o oprimido também era opressor da mulher, como acontecia no caso dos militantes negros norte-americanos, cujo líder, Stokeley Carmichael ironicamente dizia que era *na horizontal que a mulher ocupava seu lugar na revolução*. A opressão da mulher aparecia, então, como sendo a mais geral de todas. Para Shulamith Firestone (*Dialetic of Sex*), e outras feministas sexista norte-americanas, a derrubada do poder masculino e a libertação da mulher constituíam o principal objetivo da revolução.

Juliet Mitchell começa por analisar as fontes das quais emergiu a energia revolucionária dos anos 60, mostrando como a pobreza das mulheres nos países mais ricos do mundo e a carência cultural e emocional as aproximava dos estudantes e dos jovens. Assim, no quadro mais geral da Luta pelos Direitos Cívicos, as lutas mais próximas eram as travadas pelos negros, estudantes e *hippies*. Todos estes movimentos, não obstante uma base local, tiravam sua inspiração das lutas pela paz e pelo fim das guerras no Terceiro Mundo (Argélia, Cuba e Vietnã). Isto é, *tinham uma perspectiva internacionalista*.

Juliet Mitchell vai introduzir a temática da necessidade de uma *teoria da opressão específica da mulher*. Nos anos 60, duas tendências divergentes preocupavam-se em construir tal teoria: de um lado, as feministas radicais (ou sexistas), norteamericanas, em sua maioria, que

partiam da premissa que o inimigo é o homem da sociedade patriarcal/falocrática, etc. (como Kate Millet, S. Firestone e outras) enquanto que as feministas socialistas preconizavam a incapacidade da antiga teoria para dar conta da situação da mulher mas, ao mesmo tempo, acreditavam que sua metodologia permitia novas análises e que a teoria das classes sociais e a necessidade de fazer a revolução (baseada nesta teoria mas concedendo um lugar proeminente à opressão da mulher) são fundamentais.¹⁶

Na condição de feminista socialista, Juliet Mitchell passa em revista a análise da mulher na teoria socialista, afirmando que a subordinação do sexo feminino foi reconhecida pela grande maioria dos pensadores socialistas do século XIX, mas com uma formulação genérica e abstrata. A própria contribuição de Marx a este respeito permaneceu mais no nível filosófico, como acontece na *A Sagrada Família* quando aponta a situação da mulher como o mais poderoso índice do progresso humano sobre o animal, do cultural sobre o natural. Neste sentido, permaneceu como Fourier, no aspecto simbólico da opressão da mulher, concedendo uma importância universal ao problema mas, ao mesmo tempo, privando-o de substância. A mulher nos escritos do jovem Marx, aponta Juliet, transforma-se numa entidade antropológica, numa categoria ontológica das mais abstratas.¹⁷

Em *O Capital* obra da maturidade, Marx coloca a questão da mulher na sua historicidade quando, por exemplo, ao analisar os diferentes tipos de família afirma, corretamente, que é um absurdo

¹⁶ MITCHELL, Juliet. *L'Age de femme*. Paris, Editions des Femmes, 1974, p. 75.

¹⁷ Idem, p. 79.

imaginar que a estrutura familiar germânico-cristã pudesse corresponder a uma estrutura familiar definitiva cujo modelo fosse aplicável à família da Grécia ou do Oriente. Ao mesmo tempo que historiciza a família, Marx embute a mulher na questão da família, isto é, passa das generalidades filosóficas da juventude para a redução do problema da mulher à evolução histórica da família.

Mesmo na *Origem da família* de Engels, que teve boas intuições sobre a questão da mulher, a ênfase maior é concedida à questão da propriedade privada, que explicaria o início da opressão, levando à herança à monogamia, etc. A razão para a submissão da mulher, por sua vez, é encontrada em sua menor força física o que equivale a dizer que o incremento da produtividade de sua força de trabalho é condição de sua libertação. Por isto, Engels privilegia a integração da mulher à esfera produtiva (a indústria pública, segundo suas palavras) e a supressão da família conjugal enquanto unidade econômica da sociedade. Ao contrário de Simone de Beauvoir, Juliet Mitchell leva adiante sua crítica a Engels, mostrando como este, afinal permanece no reducionismo econômico. Diante deste quadro, conclui Mitchell,

*torna-se imperioso para as feministas socialistas a elaboração de uma teoria da opressão de todas as mulheres sem por isto perder de vista a especificidade histórica de cada aspecto da situação. É preciso que partamos das questões colocadas pelas feministas para chegarmos a produzir respostas marxistas.*¹⁸

É na segunda parte do livro que Juliet Mitchell tentará dar respostas marxistas no tratamento da opressão da mulher. Ela pondera, inicialmente, que o feminismo radical faz da opressão “o” problema

¹⁸ Idem, p. 99.

quando se trata de saber *porque a mulher foi sempre oprimida e como são oprimidas*. Pois a teoria da opressão tem de dar conta do caráter geral da opressão feminina sem perder de vista, no entanto, sua especificidade histórica.

*A situação da mulher é diferente da de outros grupos sociais oprimidos: elas são a metade da humanidade. Elas não podem ser exploradas e oprimidas de maneira análoga às classes e grupos explorados – operários, negros, etc. Enquanto não houver uma revolução na produção, as condições e emprego continuaram decidindo a sorte da mulher neste mundo de homens. Ademais, à mulher é oferecido um mundo próprio: a família. Exploradas no trabalho, relegadas à casa: estas duas posições compõem sua opressão.*¹⁹

Esta vai ser a chave da análise de Juliet Mitchell: *a dialética produção/reprodução social* (aqui pensada como reprodução da espécie em condições históricas determinadas). O lugar subalterno que a mulher ocupa na produção teria sua contrapartida no poder que exerceria no seu “reino”, a família. Com isto, acusa Juliet Mitchell, não se coloca a questão do que é família, instituição social que termina por ser “naturalizada”. Ora, a ideologia do natural visa justamente obscurecer a historicidade da família e das funções nela desempenhadas pelas mulheres.

Fala-se da mulher, da família como se fossem sempre as mesmas... Assim, a análise da feminilidade e da família devem se desvencilhar da ideologia da permanência e de sua unificação em

¹⁹ Ibidem.

*um todo monolítico: mãe e filho, lugar de mulher... seu destino natural.*²⁰

A idéia de *destino natural* tem de ser *desconstruída* e neste sentido a teoria socialista do passado não chegou a isolar os diferentes elementos da condição feminina *que formam uma estrutura complexa e não uma unidade simples*. Desta maneira, Juliet Mitchell considera essencial renunciar à idéia de que as condições das mulheres são uma decorrência da economia, como formula Engels, ou possa ser equacionada como símbolo da opressão geral, como afirma Marx em seus primeiros escritos. *É preciso pensá-la como uma estrutura específica, isto é, como unidade de elementos diferenciados.*²¹ De fato, as variações da condição feminina depende da combinação específica destes elementos.

*Numa totalidade complexa, cada elemento independente tem sua própria realidade autônoma se bem que seja determinado, mas somente em última instância, pela base econômica. Uma tal totalidade complexa demonstra que na sociedade nenhuma contradição simples. Cada setor pode se movimentar diferentemente, a síntese dessas diferenças na estrutura global implica que muitas vezes as contradições se anulam e, outras vezes, reforçam-se mutuamente. Porque a unidade da condição feminina, em qualquer tempo, é o produto de várias estruturas, que se deslocam, ela é sempre "sobredeterminada".*²²

²⁰ Idem, p. 100.

²¹ Idem, p. 101.

²² Idem, ibidem.

3. EM RESUMO

A saga do capitalismo, destruindo, readaptando e inovando o sistema produtivo, constitui o pano de fundo do movimento feminista. A produção capitalista – deslocando a unidade produtiva da moradia para a fábrica rompeu – com a unidade entre vida doméstica e vida produtiva. A entrada da mão de obra feminina no mercado de trabalho capitalista constitui o grande momento da passagem para os “novos tempos”, feitos da miséria proletária mas também das lutas e das esperanças das massas oprimidas, que marcaram o final do século dezanove, tendo seu apogeu na revolução russa de 1917. Anos de extraordinária politização e de unificação de objetivos, de projetos tópicos e levantes revolucionários em várias partes do mundo ocidental. E é com o marxismo e dentro do movimento comunista que se constrói uma teoria da opressão com base na qual são desfraldadas as bandeiras reivindicatórias.

Quais os limites desse espaço? Antes de mais nada, a predominante problemática da mulher operária e de seu processo de autonomia, considerado irreversível dada a própria lógica da produção capitalista. Quem se dê ao trabalho de analisar o contexto em que a mulher aparece nos escritos de Marx registrará duas exclusivas temáticas: (1) a mulher operária e a sua família em dissolução e a mulher burguesa e sua família baseada na conservação do patrimônio – especialmente nas *Teses de Fuerbach* e no *Manifesto Comunistas* e (2) a mulher operária enquanto força de trabalho mais explorada, ao lado da força de trabalho infantil. A solução apontada: uma nova sociedade baseada na igualdade de todos os trabalhadores, o que implica na socialização

das tarefas domésticas e da educação infantil. É interessante observar que a República de Platão e o Manifesto Comunista propõem a mesma solução: libertação da mulher do mundo doméstico privado.²³

No Brasil, o feminismo contemporâneo assumiu desde o início uma dimensão claramente reivindicatória e transformadora: mudar a situação da mulher implicando em mudar a pouco democrática e extremamente desigual sociedade brasileira. O programa das feministas, neste sentido, incluía reivindicações "específicas" (creche, mudanças na legislação da família, etc.) e "gerais" (o fim da ditadura, uma sociedade socializada, etc.). As reivindicações específicas partiam, primeiramente, da **opressão de sexo**, do fato das mulheres estarem submetidas a relações sociais patriarcais e, em seguida, da **dupla jornada de trabalho** a que as mulheres são submetidas por sua dupla condição de mãe (desempenho de trabalhos no âmbito doméstico) e trabalhadora. A dupla jornada, neste sentido, é o conceito-chave que exprime a dialética feminina da **produção versus reprodução social**.

Na medida em que o marxismo oferece conceitos e uma visão histórica revolucionária, e porque o feminismo brasileiro desenvolveu-se sob a hegemonia de militantes oriundas da esquerda radical é fácil de entender a importância de sua absorção no movimento de mulheres dos anos setenta/oitenta. Para que a singularidade da situação da mulher ganhasse legitimidade como questão política, no seio da

²³ Foge ao âmbito do presente artigo a análise dos limites do marxismo enquanto 'teoria da subjetividade' e, conseqüentemente, de seus limites para o aprofundamento da questão da identidade feminina. A análise da contribuição da psicanálise ao feminismo constitui um capítulo de minha tese de livre-docência *20 anos de feminismo no Brasil*, UNICAMP, 1996.

esquerda, era preciso explicar “cientificamente” as origens históricas da discriminação da mulher. O marxismo fornece tanto um referencial teórico para a elaboração de um discurso explicativo sobre a historicidade da opressão da mulher quanto uma perspectiva redentora.

E talvez seja este o sinal distintivo do feminismo brasileiro nos anos setenta: um grande comprometimento com a ação/intervenção – como demonstram as inúmeras passeatas e atos públicos encabeçados pelo movimento de mulheres, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que pregavam a politização da vida privada, as feministas desenvolviam uma ampla política de alianças com os setores mais progressistas e democráticos do país. Um trecho do editorial do *Nós Mulheres* de julho de 1978:

Alguma coisa está mudando.

‘É verdade que as mulheres estiveram presentes na história; mas foram mantidas nos bastidores. Entretanto, as mudanças nas condições históricas trouxeram a necessidade da participação da mulher na produção marcando a sua presença no cenário das lutas sociais. Hoje, esse é um fato visível. Em nosso país, as mulheres não só participam ao lado dos homens na conquista da democracia, como também, e isso é novo, dão a essa luta uma outra dimensão, reivindicando seus direitos enquanto mulheres.

Mas não apenas as mulheres. Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal. Cada vez mais, discute-se a família, a moral, a sexualidade condição dos velhos e a educação das crianças. Os movimentos ecológicos vêm alertar contra a violência e a devastação da natureza”.

*Esses fatos estão aí, basta abrir os olhos para vê-los.
Cabe perguntar sobre o seu significado.*

Logo, as afinidades entre marxismo e feminismo são antes de mais nada de ordem política: é na teoria marxista que uma parcela importante do movimento feminista contemporâneo encontrou os conceitos adequados para analisar a questão da discriminação do sexo feminino e as possibilidades de sua superação. Enquanto teoria que aponta para a emancipação futura do(a) oprimido(a) de hoje, o marxismo abriu uma perspectiva de luta e de transformação.

4. BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, S. E. *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the brazilian transition to democracy*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.
- ANDERSON, Perry. *Sur le marxisme occidental*. Paris: Maspérou, 1977.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. (2 volumes). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2ª edição, 1960.
- FIRESTONE, Shulamith. *Dialectique du sexe*, Paris: Stock, 1970.
- ENGELS, Frederick. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- FRANCHETO, Bruna e outros. "Antropologia e feminismo". In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. nº 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

- FRIEDAN, Betty. *La femme mystifiée* (The Feminine Mystique), Paris: Ed. Gonthier, 1967.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. (Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas). São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo no Brasil contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político*. Rio de Janeiro: BIB. 28, 1989.
- COLLONTAI, Alexandra Kollontai. *Conférences sur la libération des femmes*. Paris: Editions de la brèche, 1978.
- _____. *Marxisme & révolution sexuelle*. Paris: Maspéro, 1973.
- _____. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo: Editora Proposta, 1980.
- JUNH, Annette (Ed.). *Feminism and materialism*. London: Routledge and Kegan, 1978.
- COBO, Elizabeth Souza. *Emma*. (Coleção Encanto Radical) São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MARX, K. e ENGELS, F. *L'idéologie allemande*. Paris: Editions Sociales, 1970.
- MITCHELL, Juliet. *Woman's estate*. Londres: Penguin Books, 1971.
- _____. *L'Age de femme*. Paris: Editions des Femmes, 1974.
- MORAES, M. L. Quartim de. *Mulheres em movimento*. São Paulo: Conselho da Condição Feminina, 1985.
- _____. *A experiência feminista dos anos setenta*. São Paulo: Textos UNESP, 1990.
- MOREIRA ALVES, Branca. *Ideologia e feminismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.

SARTI, Cynthia. "A Panorama of Brazilian Feminism". In *New Left Review* 173, p. 75-90, 1989.

STORA-SANDOR, Judith. *Alexandra Kollontai: marxisme et révolution sexuelle*. Paris: Maspero, 1973.

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DA REMESSA
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 239.8342
Telex: (019) 1150 - Telefax (019) 239.3327
Correio Eletrônico: pubifch@turing.unicamp.ansp.br